

Francisca Rosânia Ferreira de Almeida

9º ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

GRUPO DE TRABALHO 04

A EDUCAÇÃO EM TRANSFORMAÇÃO SOB O NEOLIBERALISMO: CENÁRIOS, IMPACTOS E
RESISTÊNCIAS

O SIGNIFICADO DE EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA PARA PROFESSORES E GESTORES DE UMA
ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO CEARÁ

São Paulo/SP

2025

O SIGNIFICADO DE EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA NA VISÃO DE PROFESSORES E GESTORES DE UMA ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO CEARÁ

Francisca Rosânia Ferreira de Almeida ¹

RESUMO

Diante do atual contexto sociopolítico brasileiro, marcado pelo crescimento de práticas neoliberais e neoconservadoras que enfraquecem os valores democráticos, o presente trabalho realizou uma breve análise sobre o significado da educação democrática na visão dos educadores (professores e gestores) de uma escola estadual de educação profissional localizada em Fortaleza, considerando seu cotidiano escolar. A coleta de dados foi realizada por meio de visitas à escola durante a jornada pedagógica de planejamento das ações para o ano letivo de 2025, bem como pela aplicação de 15 questionários aos membros do núcleo gestor e aos professores da base comum e da base técnica. Para fins conclusivos, os resultados da pesquisa apontam que há uma tentativa coletiva dos sujeitos de criar espaços internos para o florescimento de práticas e políticas criticamente democráticas na escola, mesmo diante da presença de forças administrativas que priorizam uma educação voltada para o mercado e as necessidades econômicas.

Palavras-chave: educação democrática; educação profissional; participação coletiva.

INTRODUÇÃO

O atual contexto sociopolítico brasileiro tem sido recentemente marcado pelo crescimento de práticas neoconservadoras que enfraquecem os valores democráticos, tais como a disseminação de notícias falsas, ataques de intolerância nas redes, cerceamento de direitos, novas formas de censura e ataques a instituições como o Poder Judiciário e o sistema eleitoral, dentre outros exemplos. Consequentemente, esses ideais incidem sobre vários segmentos da sociedade, inclusive sobre as concepções e as práticas pedagógicas da educação pública, cuja legislação visa promover a cultura dos direitos humanos, a cidadania e a justiça social.

Assim, pretende-se aqui realizar uma breve discussão sobre o conceito de educação democrática e seu significado na visão dos educadores (professores e gestores) de uma escola estadual de educação profissional do Ceará, considerando seu cotidiano escolar.

Como campo de pesquisa, selecionamos uma escola estadual de educação profissional localizada no município de Fortaleza, devido ao seu histórico de execução de

¹ Graduada em Ciências Sociais e Especialista em Gestão Pedagógica da Escola Básica pela Universidade Estadual do Ceará - UECE, mestra e doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará, E-mail: zanalmeida86@gmail.com;

projetos voltados para a educação democrática, abordando temáticas que estimulam a construção de uma cultura escolar fundamentada nos princípios universais dos direitos humanos. Um exemplo que evidencia esse tipo de ação desenvolvida na escola foi a conquista do Selo Antirracista, uma certificação concedida pela Secretaria da Educação do Ceará às escolas que apresentam projetos pedagógicos pautados em boas práticas de gestão escolar, compreendendo ações e experiências antirracistas significativas e inovadoras. Os nomes da escola e de seus integrantes serão mantidos em sigilo para protegê-los.

A coleta de dados foi realizada por meio de visitas à escola durante os eventos de culminância do projeto e durante a jornada pedagógica de planejamento das ações para o ano letivo de 2025, bem como pela aplicação de 15 questionários ao núcleo gestor (direção e coordenação escolar) e aos professores da base comum e da base técnica.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A abordagem metodológica aqui adotada pode ser considerada qualitativa, pois contou com um trabalho de campo razoavelmente etnográfico e com a aplicação de um questionário contendo treze perguntas (sendo doze objetivas e uma subjetiva).

Como já explicitado, o mote da pesquisa é analisar a visão dos educadores (incluindo professores da base comum e técnica, além dos membros do núcleo gestor) de uma escola estadual de educação profissional do Ceará sobre o significado de educação democrática, considerando aspectos do cotidiano escolar vivenciado entre os sujeitos durante o ano letivo de 2024. A escolha desse recorte temporal justifica-se pela chegada de uma nova equipe à gestão da escola, que passou a gerenciar os projetos e ações pedagógicas realizadas internamente.

Primeiramente, o questionário foi divulgado em grupos de *WhatsApp* da escola e por meio de cartazes impressos contendo um *QR Code* que direcionava para o link de acesso à pesquisa. Posteriormente, ele foi aplicado virtualmente, por meio da ferramenta *Google Forms*, entre os dias 9 e 15 de fevereiro de 2025. No total, 15 sujeitos responderam ao questionário, incluindo professores da base comum e técnica, além de membros do núcleo gestor (coordenação).

Embora a técnica de questionário seja uma ferramenta metodológica apropriada para coletar dados de maneira objetiva, ela sozinha não é capaz de capturar a visão de realidade construída pelos sujeitos nas interações sociais vivenciadas em seu ambiente de trabalho. Sendo assim, o trabalho de campo também contou com a realização de um exercício de observação da jornada pedagógica da escola, um rico momento de debate e avaliação das ações realizadas

durante o ano de 2024, além do planejamento e da deliberação de algumas diretrizes internas para serem postas em prática no ano letivo de 2025.

Com o objetivo de captar a linguagem, as produções culturais e as formas de interação social dos sujeitos, realizou-se uma breve pesquisa de campo na escola estudada durante a jornada pedagógica de janeiro de 2025. A observação da condução desse momento permitiu à pesquisadora ampliar o olhar sobre os significados que os sujeitos atribuem às suas experiências cotidianas e como se conectam com a ideia de educação democrática, que constitui o objeto de análise central desta pesquisa.

Portanto, o exercício de observação complementou significativamente os dados colhidos nos questionários, pois permitiu aprofundar os significados das ações e das interações dos sujeitos que não são perceptíveis em números ou estatísticas. Em outras palavras, a utilização de dados quantitativos e qualitativos não se opõe. Muito pelo contrário, complementam-se, uma vez que a realidade estudada interage de forma dinâmica. (MINAYO, 1994)

A escola escolhida como lócus da pesquisa localiza-se em um bairro periférico do município de Fortaleza e oferta ensino médio regular integrado a quatro cursos técnicos profissionalizantes. A aproximação da pesquisadora com a escola surgiu a partir de convites para participação em eventos, como feiras científicas e atividades de culminância de projetos interdisciplinares.

Devido às circunstâncias do início do ano letivo, como recesso escolar e alterações na lotação dos professores, o trabalho de campo foi realizado apenas durante a jornada pedagógica, que ocorreu nos dias 30 e 31 de janeiro de 2025. Quando manifestei interesse em participar do evento, a direção da escola solicitou mais esclarecimentos sobre a pretensão da pesquisa, os objetivos, os conceitos e os autores que seriam utilizados na escrita do texto. Não houve impedimento ou restrição para a realização da pesquisa em nenhum momento, mas percebeu-se uma preocupação quanto ao que seria observado e produzido sobre a escola.

Durante os dois dias de evento, os professores e funcionários foram recebidos com um café da manhã e uma fala de acolhida da diretora. O ambiente montado no andar superior da biblioteca era bastante agradável e acolhedor, com música de fundo, mesas e cadeiras distribuídas de maneira que facilitava a refeição e a socialização dos presentes.

Em um segundo momento, os professores e o núcleo gestor reuniram-se em uma sala de aula para iniciar o alinhamento das pautas previamente propostas na programação da jornada. O primeiro dia do evento foi iniciado com alguns informes gerais da direção, tais como: o uso e armazenamento de celular em sala de aula após a nova lei e sua adequação à rotina

escolar; o andamento de processos administrativos para reforma dos espaços da escola que necessitam de melhorias (auditório, banheiros dos alunos, entre outros); e a apresentação das mudanças na equipe gestora, incluindo a substituição de uma das coordenadoras e a introdução dos novos professores coordenadores de área.

Em síntese, o primeiro dia abordou aspectos relacionados à estrutura e à organização da escola. Um dos coordenadores apresentou o histórico da instituição, o organograma de pessoal com suas atribuições e distribuições e destacou algumas especificidades do território, como as dificuldades enfrentadas por ser um espaço urbano periférico marcado por violências e violações de direitos humanos. Além disso, houve um momento no qual a assessora financeira apresentou um balanço detalhado dos recursos gastos pela escola em 2024. Posteriormente, uma representante da secretaria trouxe informações sobre registros de faltas de professores, frequência e notas dos alunos, regras para impressão de materiais, assinatura do livro de ponto e uso do espaço da secretaria.

No segundo momento importante do primeiro dia, foi realizada uma avaliação do ano letivo de 2024. Durante essa discussão, um dos coordenadores reconheceu falhas na comunicação entre os membros do núcleo gestor, apontando que isso comprometeu o andamento de algumas atividades da rotina escolar. Em seguida, abriu-se um espaço de escuta para que os professores pudessem dar feedback sobre as atividades realizadas no ano anterior.

No período da tarde, após a pausa para o almoço, outro coordenador conduziu a discussão sobre as avaliações internas e externas, como SPAECE, SAEB e ENEM. Ele apresentou os resultados internos do ano letivo, os índices da escola no SPAECE e o IDEB ao longo dos anos em português e matemática. A fala da coordenação enfatizou a importância da avaliação e seu impacto não apenas nos resultados da escola, mas também no nível de acesso dos alunos ao conteúdo. Essa discussão inicial teve como objetivo propor uma alteração no PPP e no Regimento Interno referente à avaliação bimestral, que atualmente possui peso 2 em relação às outras avaliações. Foi sugerido que o texto fosse alterado para que todas as avaliações tivessem o mesmo peso. Entretanto, a discussão foi interrompida por extrapolar o horário do dia e ficou agendada para o dia seguinte.

No dia seguinte, após uma longa discussão sobre os prós e contras de manter ou alterar o peso da avaliação, os professores votaram e decidiram mantê-la como estava. A discussão sobre a alteração do Regimento Interno seguiu para outros pontos, como a proibição do uso de celular (e como seria feito o controle dessa regra) e o namoro na escola. Nesse momento, foram sugeridas ideias para adaptar os espaços escolares, tornando-os mais atrativos durante os intervalos.

No período da tarde, após o almoço, a coordenação realizou uma apresentação sobre a origem da educação profissional. Os slides exibidos faziam um resgate histórico da ideia de profissionalização e da educação voltada para o trabalho. A fala do coordenador enfatizou o equilíbrio entre formar técnicos para atuar no mercado e prepará-los para o ingresso na universidade. Também foi destacada a concepção do ensino técnico como a prática do “aprender a teoria na prática”, em que a base comum e a técnica se complementam para dar sentido ao conhecimento na realidade do aluno.

A seguir, serão apresentados os dados coletados nos questionários, além de algumas falas e situações observadas durante a jornada pedagógica, mencionadas de maneira mais específica do que na descrição acima.

Como mencionado anteriormente, o questionário obteve um total de 15 respostas de professores da base comum e técnica, além de membros do núcleo gestor. As seis primeiras perguntas concentram informações mais gerais, como o cargo ocupado na escola, tipo de vínculo, carga horária semanal de trabalho e dados socioeconômicos, como faixa etária, identidade racial e de gênero.

Esses dados iniciais serão apresentados por meio de tabelas, a fim de sintetizar os números obtidos.

Tabela 1 - Cargo ocupado na escola

Cargo ocupado na escola	Professor(a) de base comum		Professor(a) de base técnica	Coordenador (a) escolar	Diretor(a) escolar
		10		3	2
Tipo de vínculo	Temporário	Efetivo	CLT	Efetivo	-
	3	7	3	2	-

Fonte: Elaborada pela autora.

Tabela 2 - Identificação de raça/cor

Raça/cor	Quantidade
Preta	1
Parda	5
Branca	9

Fonte: Elaborada pela autora.

Tabela 3 - Gênero

Gênero	Quantidade
Feminino	7
Masculino	8
Não-binário	0

Fonte: Elaborada pela autora.

Tabela 4 -Faixa Etária

Faixa Etária	Quantidade
Entre 18 e 29 anos	2
Entre 30 e 40 anos	7
Entre 41 e 50 anos	5
Entre 51 e 60 anos	1

Fonte: Elaborada pela autora.

Na pergunta a seguir, foram listadas algumas organizações e associações políticas com o objetivo de identificar o nível de participação dos professores em partidos políticos, sindicatos ou conselhos escolares.

Conforme ilustrado na tabela abaixo, a maioria dos respondentes afirmou nunca ter pertencido a nenhuma das organizações políticas mencionadas ou ter feito parte delas em algum momento, mas não mais. Esse dado pode refletir o baixo interesse da população brasileira por política em geral. Segundo o estudo Panorama Político, realizado em 2022 pelo Instituto Data Senado em parceria com a Universidade de Brasília (UnB), houve uma queda no interesse geral por política entre os eleitores brasileiros. ²

Tabela 5 – Organizações políticas/ participação

ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS / PARTICIPAÇÃO	NUNCA PERTENCI	NÃO PERTENÇO, MAS JÁ PERTENCI	PERTENÇO E PARTICIPO DAS ATIVIDADES	PERTENÇO, MAS NÃO PARTICIPO DAS ATIVIDADES
Partido Político	10	4	1	-

² Informação disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/03/17/falta-conhecimento-do-eleitor-sobre-o-sistema-politico-aponta-datasenado>

Organização Sindical	13	1	1	-
Conselho Escolar	9	5	1	-

Fonte: Elaborada pela autora.

A única pergunta subjetiva do questionário solicitava que os respondentes discorressem sobre sua visão a respeito do que caracteriza uma escola democrática.

De modo geral, observou-se que os professores da base comum possuem uma compreensão mais ampla de como os processos democráticos podem ser desenvolvidos na escola, não apenas por meio dos organismos colegiados, mas também através de práticas cotidianas que valorizem o diálogo e a participação coletiva dos membros da comunidade escolar.

"Uma escola aberta ao diálogo, que consiga, de forma conjunta, chegar a um resultado benéfico para todos, sendo essencial a participação de todos que a compõem nas decisões." (PROFESSOR DA BASE COMUM 1)

"Uma escola na qual todos os participantes da comunidade escolar tenham direito de falar e ser ouvidos, de acolher e ser acolhidos em suas necessidades, bem como de opinar e discutir qualquer tipo de assunto sem restrições ou preconceitos." (PROFESSOR DA BASE COMUM 2)

"Uma escola onde a gestão escuta as demandas dos professores, alunos, pais e colaboradores e se propõe a atendê-las dentro das possibilidades da escola e das condições estabelecidas coletivamente." (PROFESSOR DA BASE COMUM 3)

"Uma escola democrática consiste em um ambiente de livre pensamento crítico e racional, onde cada indivíduo defende seu ponto de vista com racionalidade, trazendo a dialética, o pensamento científico e a crítica social." (PROFESSOR DA BASE COMUM 4)

"Uma escola democrática se caracteriza pela participação ativa de todas as esferas da comunidade escolar. Todas as esferas devem ser ouvidas e suas ideias/opiniões precisam ter igual importância e peso nas decisões." (PROFESSOR DA BASE COMUM 5)

"Participação autônoma de todos os envolvidos, transparência nos direcionamentos e informações claras e objetivas." (COORDENADOR ESCOLAR 1)

Nas falas mencionadas acima, a ideia de participação aparece como aspecto central em suas percepções sobre o que caracteriza uma escola democrática. Mas qual o tipo de participação? As próprias palavras dos professores levam a entender que o sentido atribuído à participação efetiva está ligado a um diálogo mais aberto, com maior liberdade de expressão e escuta ativa.

A participação efetiva na escola pressupõe que os professores, coletivamente organizados, discutam e analisem a problemática pedagógica que vivenciam em interação com a organização escolar e que, a partir dessa análise, determinem caminhos para superar as dificuldades que julgarem mais carentes de atenção e assumam compromisso com a promoção de transformação nas práticas escolares. (LUCK, 2011, p. 34-35).

Portanto, trata-se de uma participação efetiva que permite ao grupo apontar problemas e situações a serem discutidos, gerando, assim, um sentimento coletivo de autoria e de responsabilidade pelas ações educacionais – condição fundamental para sua efetividade, segundo o espírito democrático e a prática da autonomia.

As últimas perguntas do questionário abordaram aspectos mais específicos relacionados ao desempenho interno da educação democrática na escola, na visão dos educadores. Os temas tratados incluíram: ações que estimulem a educação democrática, desenvolvimento de projetos internos, conceito de gestão escolar democrática, participação da comunidade escolar nas decisões, desafios para a implementação da educação democrática e especificidades da educação profissional.

No que se refere às ações que promovam a educação democrática, a maioria dos educadores (10 respondentes) acredita que elas podem ser implementadas por meio da combinação de fatores como: Participação da comunidade escolar (professores, servidores, alunos e familiares) nas decisões internas relacionadas ao Regimento Escolar e ao Projeto Político Pedagógico (PPP); Desenvolvimento de projetos interdisciplinares que considerem as demandas socioculturais e educacionais da comunidade escolar; Parcerias de trabalho coletivo que envolvam toda a comunidade escolar (gestão, professores, servidores, alunos e familiares), com foco nos organismos colegiados, como grêmio estudantil e conselho escolar.

Em relação ao desenvolvimento dos projetos internos da escola, as respostas foram distribuídas da seguinte maneira: 8 professores afirmaram que os projetos são planejados apenas pelos professores de cada área e posteriormente enviados para apreciação da gestão; 4 responderam que os projetos são planejados em conjunto entre os professores e a gestão; 2 afirmaram que os projetos são baseados em eventos e ações realizadas anteriormente; 1 professor mencionou que os projetos seguem temáticas e diretrizes estabelecidas pela Secretaria da Educação. De modo geral, as respostas indicam que os projetos internos são desenvolvidos de maneira coletiva, de acordo com as demandas específicas da comunidade escolar.

No que concerne à definição do conceito de gestão democrática, os educadores se posicionaram da seguinte forma: 5 respondentes acreditam que a gestão democrática corresponde ao diálogo constante entre a equipe gestora (diretor, vice-diretor, professor coordenador) e todos os integrantes da escola: professores, servidores, alunos e familiares; 2 respondentes acreditam que a gestão democrática ocorre quando professores, servidores, alunos e familiares compartilham responsabilidades sobre a escola, assumindo direitos e deveres coletivos; Apenas 1 respondente acredita que a gestão democrática se caracteriza pela

participação desses atores nas decisões e melhorias da escola. A alternativa que mencionava o envolvimento efetivo de professores, servidores, alunos e familiares em grupos formais, como grêmios estudantis e conselho escolar, não foi marcada isoladamente por nenhum respondente. Entretanto, 7 educadores acreditam que a gestão democrática deve considerar todos os elementos mencionados acima.

Sobre o diálogo e a escuta das opiniões da comunidade escolar, a maioria dos educadores (11) destacou os seguintes aspectos como fundamentais para garantir uma gestão democrática: a) Participação da comunidade escolar na definição da aplicação dos recursos financeiros da escola; b) Realização de atividades em horários acessíveis para todos, incluindo as famílias; c) Tomada de decisões por meio de assembleias abertas com participação da comunidade escolar; d) Escuta ativa e consideração das opiniões dos participantes da comunidade escolar.

Quando questionados sobre os principais desafios para a implementação de uma educação democrática, os educadores responderam conforme a seguinte distribuição: 1 acredita que há pouco envolvimento da gestão para promover ações voltadas à participação da comunidade escolar; 2 acreditam que há pouco envolvimento dos professores nesse processo; 1 aponta a baixa participação dos estudantes e dos pais na proposição de ações coletivas; 3 marcaram que a pressão da Secretaria da Educação por resultados em avaliações internas e externas representa um obstáculo; 8 consideram que os desafios são uma combinação dos fatores mencionados anteriormente.

A última pergunta do questionário investigou quais elementos são necessários para o desenvolvimento de uma educação democrática, considerando as particularidades da educação profissional. As respostas foram distribuídas da seguinte forma: 3 educadores marcaram a opção que faz referência aos quatro pilares da educação para o século XXI, propostos pela UNESCO, destacando a oferta de ensino médio integral e integrado e a pedagogia das competências, visando formar indivíduos capazes de conhecer, fazer, conviver e ser; 2 educadores destacaram a educação para o trabalho com delegação planejada, sem perder de vista práticas educativas alicerçadas na produção crítica e criativa do conhecimento, no diálogo entre educador e educando e na interlocução entre diferentes áreas do conhecimento; Apenas 1 respondente escolheu a alternativa que enfatiza a produção e a transmissão de conhecimento ao estudante, preparando-o para a vida nos contextos produtivo e pessoal, visando à sua autonomia e competência profissional, bem como ao desenvolvimento da solidariedade; Nenhum educador marcou isoladamente a opção que priorizava a preparação para as atividades laborais, com foco na adaptação às exigências do mercado de trabalho, no

protagonismo juvenil e na construção de projetos de vida associados às escolhas profissionais. No entanto, a maioria dos respondentes (9) acredita que o desenvolvimento de uma educação profissional mais democrática deve considerar todos os elementos mencionados acima.

Dessa forma, o objetivo da pesquisa de campo foi compreender melhor a organização interna da escola, a fim de descrever e analisar como a gestão escolar tem se estruturado do ponto de vista democrático. A pesquisa também possibilitou uma reflexão mais ampla sobre os desafios ainda presentes na gestão educacional como um todo, contribuindo para a busca de novas abordagens para solucioná-los.

REFERENCIAL TEÓRICO

Como ponto de partida, a concepção teórica de educação democrática aqui adotada é aquela ancorada nas lutas, alianças e mobilizações de toda a comunidade escolar, que envolvam estruturas e processos, currículos, sistemas pedagógicos e de avaliação de natureza democrática, com uma composição caracterizada pela diversidade – ou seja, que considere as demandas daqueles que são “marcados” por visões dominantes de classe, raça, gênero, sexualidade, deficiência e tantas outras. (MESHULAM; APPLE, 2020).

Na ótica de uma educação de qualidade democrática, estão implicados, como condição necessária, o acesso ao conhecimento historicamente produzido pela sociedade e a afirmação dos valores coletivos de justiça, solidariedade e cooperação. Em relação ao método, a qualidade democrática da educação exige o rompimento com a visão fragmentária do conhecimento e a superação da oposição entre educação geral e específica, humanista e profissional, política e técnica. (FRIGOTTO, 2018, p. 26).

Em outras palavras, para que uma educação seja considerada democrática, é imprescindível que a escola seja concebida como um espaço institucional concomitantemente autogovernado pelos coparticipantes da atividade educativa e regido pelo direito de uso exercido por uma coletividade sobre os recursos educacionais produzidos, mantidos e disponibilizados pela instituição. Portanto, a discussão sobre educação democrática requer uma reflexão teórica e prática sobre a interdependência de todos os aspectos escolares, a saber: a estrutura, a gestão, a pedagogia e o currículo.

Em contrapartida, a ideia de educação democrática confronta-se com as contradições do sistema escolar oriundas do modelo neoliberal vigente no Brasil, cuja lógica normativa corresponde à racionalidade do capital transformada em lei social geral, na qual a educação é considerada uma atividade com custo e retorno, cujo produto se assemelha a uma mercadoria. Assim, o caráter fundamental da nova ordem educacional está ligado à perda

progressiva da autonomia da escola, acompanhada da valorização da empresa, que é elevada a ideal normativo. (LAVAL, 2019)

Portanto, o neoliberalismo considera que todas as instituições, inclusive as públicas, devem servir à máquina econômica em detrimento de outras finalidades. Nesse contexto, a profissionalização torna-se uma ideologia que funciona como sustentáculo da nova ordem escolar, transformando a política educacional em uma política de adaptação ao mercado de trabalho.

Para Christian Laval (2019), as dimensões fundamentais do neoliberalismo, em especial a transformação do Estado pelas políticas neoliberais e a importância decisiva do conceito operacional de “capital humano”, que domina a educação, têm como principal objetivo mobilizar saberes sob o duplo aspecto de fator de produção e de mercadoria.

A noção ideológica que inaugura esse processo regressivo é a de “capital humano”. A tese central sustenta que o investimento das nações e dos indivíduos em educação permitiria, no plano das nações, superar o subdesenvolvimento e alcançar o desenvolvimento e, no plano dos indivíduos, superar a pobreza por meio da mobilidade social. Trata-se de uma visão que ignora a assimetria de poder entre as nações e as classes sociais. (FRIGOTTO, 2018, p. 21)

Assim, a ideologia do capital humano ainda tinha como pressuposto a possibilidade de integração dos indivíduos na sociedade e a redução da desigualdade entre as nações. Entendido como um modo específico de racionalidade e de produção de sujeitos (BROWN, 2018), a influência das políticas neoliberais ajuda a situar as mudanças do novo ensino médio, que vêm se desenhando no Brasil desde a década de 1990. Essa década marca a inserção do país na economia mundial, sofrendo ajustes e reestruturações, nos quais a educação passa a ser considerada um fator determinante da competitividade internacional entre os países. A educação brasileira, nesse caso, passa a ser referenciada por índices e parâmetros de organismos multilaterais, como a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), o Banco Mundial e o FMI (Fundo Monetário Internacional), que definem os princípios e prioridades da educação a partir dos contextos e interesses dos países desenvolvidos. (FERREIRA; RAMOS, 2018).

Nessa perspectiva, o modelo de educação profissional consolidado no Ceará se encaixa na discussão teórica aqui proposta como um exemplo prático da influência do neoliberalismo no sistema educacional. As escolas de educação profissional foram implementadas no Estado do Ceará a partir da Lei nº 14.273, de 19 de dezembro de 2008, em consonância com o Decreto Federal nº 5.154/04. No ano de 2007, a SEDUC-CE aderiu ao

Programa Brasil Profissionalizado, instituído pelo Decreto Presidencial nº 6.302, de 12 de novembro de 2007. Aproveitando os recursos fornecidos pelo governo federal, principiouse a estruturação de um parque educacional que viabilizasse a educação em tempo integral, na qual o ensino médio e a educação profissional fossem realizados em concomitância ao longo de três anos.

Inspirados pelo Programa de Desenvolvimento dos Centros de Ensino Experimental (CEE), implementado em Pernambuco a partir de 2003, com oferta de ensino médio em tempo integral, surgiram os Centros Educacionais para a Juventude – CEJOVEM, posteriormente modificados para Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP). Atualmente, essa modalidade de ensino oferta mais de cinquenta opções de cursos técnicos em diversas áreas, distribuídos entre mais de cem Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEPs) espalhadas por todo o Ceará.

Inicialmente, as EEEPs adotaram o modelo de gestão TESE – Tecnologia Empresarial Socioeducacional, moldado em consonância com a Tecnologia Empresarial Odebrecht – TEO. A parceria público-privada evidencia-se no desenvolvimento de currículos para as áreas técnicas da formação. Em 2010, atendendo a uma solicitação do Conselho Estadual de Educação (CEE), foram entregues os Planos de Curso e o Projeto Político Pedagógico (PPP), refletindo os “Referenciais de Educação Profissional”. Após a conclusão dessa etapa, os referenciais foram encaminhados para as escolas, servindo como parâmetro para a atuação dos gestores, que deveriam adequar o PPP à realidade das comunidades escolares (OLIVEIRA; MAGALHÃES JUNIOR, 2015).

A perspectiva da TESE, que na prática é adotada por muitos gestores de EEEPs, situa-se na discussão teórica sobre o reconhecimento do neoliberalismo no campo escolar, a partir da análise das transformações nacionais e globais da escola, considerando a lógica generalizante de concorrência econômica que caracteriza o mundo neoliberal desde os anos 1980 e 1990.

Esse “novo” modelo escolar apresenta algumas especificidades: planejamento, currículo, metodologia, conteúdo, didática, avaliação, entre outros elementos do processo de ensino-aprendizagem, que podem garantir ao próprio Estado, aos empresários e às agências internacionais de financiamento uma suposta eficiência educativa almejada, por sua vez, pelo mercado de trabalho contemporâneo. (SANTOS; BELMINO; AMARAL, 2023, p. 45-46).

Nessa perspectiva, outra contradição que se apresenta no *modus operandi* das EEEPs é uma espécie de combinação entre a educação integral e a escola unitária, teoricamente conceituada como omnilateral. Como uma moeda, ela apresenta duas facetas, a saber: de um

lado, a oferta de uma educação integral empenhada na formação para o acesso ao conhecimento historicamente produzido pela sociedade e na afirmação dos valores humanos e de suas diversidades; de outro, uma escola unitária politécnica e/ou tecnológica, que forma para a qualificação profissional e a adequação ao mercado.

Educação unitária e integral traduzem a concepção de uma educação cujo objetivo é formar, ao mesmo tempo, o técnico e o dirigente, na ótica desenvolvida por Gramsci. Omnilateral, na medida em que desenvolve todas as dimensões e sentidos humanos; e politécnica, na perspectiva de Marx, ao facultar a cada criança, jovem e adulto a apropriação dos fundamentos científicos que servem de base para o domínio das ciências da natureza e da sociedade humana. (FRIGOTTO, 2018, p. 45-46).

Sendo assim, está presente na realidade das EEEPs o embate entre a concepção meritocrática e individualista e a compreensão do humano como ser social historicamente produzido em circunstâncias específicas. No mesmo modelo de escola, coexistem o princípio de educar para o mercado capitalista e a proposta de formar cidadãos críticos à ordem social vigente, que valorizem os direitos e respeitem as diversidades.

Notadamente, os discursos políticos e midiáticos apontam a educação profissional cearense como uma modalidade de ensino público de alta qualidade na formação dos filhos dos trabalhadores, embora não acessível à maioria. Fatores como a ideia de ingresso instantâneo no mercado de trabalho por meio da formação técnico-profissionalizante, os resultados expressivos em avaliações de larga escala (como o SPAECE e o ENEM) e a infraestrutura escolar padronizada e bem equipada fazem das EEEPs um modelo de escola pública de excelência, gerando expectativas de garantia de uma vida futura melhor aos trabalhadores e seus filhos.

A escola prepara para uma profissão, e o êxito escolar parece garantir o sucesso pessoal e profissional. A maioria das famílias, de todas as classes sociais, apoia a escolarização de seus filhos com a esperança de que um 'bom emprego' venha depois de uma boa escolaridade. (LAVAL, 2019, p. 89).

É possível perceber a presença da ideologia da profissionalização no imaginário coletivo ao considerar a alta procura por vagas nas EEEPs, que realizam anualmente uma seleção para admissão de novos alunos. Os critérios de prioridade para ocupação dessas vagas são: média individual de notas do estudante no ensino fundamental, ser oriundo (a) de escolas públicas municipais e residir em bairros próximos à escola escolhida. Essa prerrogativa específica dessa modalidade de ensino põe em xeque as restrições de acesso da população à educação pública, que assimila a ideia da educação profissionalizante como referência de ensino de qualidade e garantia de empregabilidade aos jovens cearenses.

No entanto, a seleção em si já é um mecanismo que gera desigualdade de oportunidades de acesso a escolas públicas de "maior qualidade", limitando a capacidade da

escola de fortalecer a democracia. Como afirmam Meshulam e Apple (2020, p. 45-46): “Não basta que uma escola seja internamente governada por processos e estruturas democráticas se é externamente seletiva quanto às famílias e educadores que têm acesso a ela.”

Outro aspecto específico a ser considerado sobre as escolas de educação profissional do Ceará é o fato de que, ao contrário das outras modalidades de ensino que escolhem a gestão por meio de eleição direta e secreta, mediante sufrágio universal junto à comunidade escolar (alunos, pais ou responsáveis, professores e demais servidores lotados na instituição), as ETECs não realizam eleição para a direção escolar. Portanto, a escolha da pessoa apta para ocupar o cargo de diretor (a) é feita por indicação da Secretaria da Educação, o que já sinaliza uma prática totalmente antidemocrática.

Diante do exposto, considerando as tensões e contradições que envolvem a luta pela democracia no sistema educacional, este trabalho busca refletir sobre as seguintes questões: Como proporcionar uma educação verdadeiramente democrática diante de uma lógica formativa neoliberal pautada na meritocracia, na competitividade e no mercado? De que maneira os agentes envolvidos no processo educativo encaram essas tensões? O que podemos aprender com esses conflitos? Qual o papel da gestão escolar na luta pela educação democrática?

Na tentativa de responder a essas e outras questões pertinentes a essa discussão, Apple (2020) aponta como caminho interpretativo a compreensão das diferentes versões de democracia em disputa na educação. Para o autor, existem as visões “densas”, que buscam uma plena participação coletiva para alcançar o bem comum e formar cidadãos críticos; e as visões “magras”, voltadas para o mercado e o consumo individualista, em que a educação é amplamente valorizada como instrumento de satisfação dos interesses econômicos definidos pelos poderosos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre educação democrática e seu significado requer uma extensa imersão teórico-prática na temática e suas nuances, que, evidentemente, não se esgota na breve experiência de pesquisa descrita neste trabalho. Entretanto, a pesquisa de campo possibilitou algumas reflexões sobre o conceito de educação, escola e gestão democrática, considerando a cultura organizacional específica de uma escola de educação profissional. Em outras palavras, buscou-se compreender a influência das práticas culturais dos indivíduos e sua subjetividade sobre as formas de organização e gestão escolar.

Não é novidade afirmar que as políticas educacionais voltadas ao ensino médio têm concentrado esforços para estimular a lógica economicista neoliberal na educação pública brasileira, promovendo um ensino cada vez mais técnico e direcionado às necessidades do mercado de trabalho, em detrimento de uma formação cidadã e humanística mais ampla.

No entanto, a hipótese de pensar ações de educação democrática em um modelo escolar cujo foco *sui generis* é a formação profissional de mão de obra para o mercado – ainda que traga perspectivas teóricas contraditórias e antagônicas – demonstrou, por meio da pesquisa de campo, que está em construção uma tentativa de incentivar ações que priorizem uma formação humanística, mesmo diante das pressões e exigências burocráticas impostas pelo sistema educacional. O comportamento dos educadores durante a pesquisa revelou um aspecto da educação democrática que extrapola os muros da escola: o empenho em formar estudantes que desenvolvam uma consciência crítica de sua realidade social e reconheçam sua capacidade de transformar o mundo. Assim, como afirma Apple (2020), a democracia na educação é uma luta com uma história longa e valiosa.

Uma história que compreende inúmeros movimentos para transformar as instituições educacionais de modo que seus meios e fins respondam às vivas necessidades e aspirações dessa experiência contínua de criar cidadãos críticos e informados. Isso justamente exige de nós que sejam levadas a sério as demandas daqueles que não se beneficiam da atual organização de nossas sociedades – aqueles 'marcados' por visões dominantes de classe, raça, gênero, sexualidade, deficiência e tantas outras. (IDEM, p. 13-14).

Portanto, é fundamental lembrar aos defensores de uma educação pública comprometida com a construção de uma escola formadora de mentalidades democráticas (LAVAL; VERGNE, 2023) que não se deve perder de vista a ideia de que "não existe educação sem ideal humano, sem ideia de excelência humana." (LAVAL, 2019, p. 67)

Em outras palavras, isso significa conceber a educação como um direito público, universal, laico, subjetivo, democrático, plural e emancipador, combatendo – tanto na teoria quanto na prática (científica e política) – a concepção de uma escolarização "neutra", desprovida de objetivos político-pedagógicos, nula e, por isso, incompatível com o regime constitucional e com o próprio direito humano à educação.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael; GANDIN, Luís Armando; LIU, Shuning (*et. al*). **A luta pela democracia na Educação: lições de realidades sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

BRONW, Wendy. **Cidadania sacrificial: neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade**. Tradução Juliane Bianchi Leão. Zazie Edições, 2018.

FERREIRA, Rosilda Arruda; RAMOS, Luiza Olívia Lacerda. O projeto da MP nº 746: entre o discurso e o percurso de um novo ensino médio. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação** [online]. v. 26, n. 101, pp. 1176-1196, 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A disputa da educação democrática em sociedade antidemocrática. In: PENNA, Fernando; QUEIROZ, Felipe, FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs). **Educação democrática: antídoto ao Escola sem Partido**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. São Paulo: Boitempo, 2019.

LAVAL, Christian; VERGNE, Francis. **Educação democrática: a revolução escolar iminente**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

LIBÂNEO, José Carlos. O sistema de organização e gestão da escola. In: LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola - teoria e prática**. 4ª ed. Goiânia: Alternativa, 2001.

LUCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. Série: Cadernos de Gestão

LUCK, Heloísa **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. Série: Cadernos de Gestão

PENNA, Fernando; QUEIROZ, Felipe, FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs). **Educação democrática: antídoto ao Escola sem Partido**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018.

SANTOS, Deribaldo; BELMINO, Webster; AMARAL, George. **Escolas estaduais de educação profissional no Ceará: entre o discurso e a realidade**. Marília, SP: Lutas Anticapitalistas, 2023.